

**MEMÓRIAS DE VETERANOS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

***MEMORIES OF VETERANS OF THE MILITARY POLICE OF
THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL***





MEMÓRIAS DE VETERANOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MEMORIES OF VETERANS OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Endrius Ferreira da Silva Chaves¹
endrius2015@gmail.com

Aldenor Batista da Silva Junior²
aldenorbsjpsi@gmail.com

Nadia Eduarda Rocha Pantano³
nadia02pantano@gmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto dos estudos realizados na linha de pesquisa em Psicologia e Processos Psicossociais sobre a categoria “Memória”. A partir do pressuposto da história da Polícia Militar, este artigo reflete sobre os conceitos de memória sob a perspectiva teórica de Pollak (1989; 1992); Halbwachs (1990) e Candau (2016), contemplando a categoria histórica e a constituição da memória como elemento fundamental na formação da identidade e na produção de saúde mental de policiais militares veteranos. O objetivo deste trabalho é compreender o processo de criação de memórias individuais e coletivas de veteranos da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (PMMS) com base no aporte teórico dos autores supracitados. A construção metodológica adotada é de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando-se da entrevista com base teórica na História Oral para compreender a temática acerca da memória de veteranos da PMMS. Para a entrevista foram selecionados um veterano dentro de cada uma das patentes e graduações presentes na polícia. Os participantes foram nomeados conforme suas patentes e graduações para preservar suas identidades e seus relatos foram transcritos, textualizados e transcriados para que pudessem ser utilizados como aporte teórico em nossas análises. Concluímos com uma reflexão em que a integração da memória com as fontes orais constitui o que há de mais genuíno na historicidade, seus resultados consideram os fatos do passado e as dimensões do presente como as emoções, afetos e identidades, valorizando e resgatando as memórias daqueles veteranos que muitas vezes são esquecidos.

Palavras-chave: Memória; Polícia Militar; Psicologia; Veteranos.

ABSTRACT

This article is the result of studies conducted within the research line in Psychology and Psychosocial Processes on the category of "Memory." Based on the history of the military police, this article reflects on the concepts of memory from the theoretical perspective of Pollak (1989; 1992); Halbwachs (1990) e Candau (2016), and Joel Candau, considering the historical category and the constitution of memory as a fundamental element in the formation of identity and the production of mental health among veteran military police officers. The objective of this work is to understand the process of creating individual and collective memories of veterans of the Military Police of the State of Mato Grosso do Sul (PMMS) based on the theoretical contributions of

¹Mestrando em Psicologia PPGPsi/UFGD. endrius2015@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0118659552940951>
<https://orcid.org/0009-0009-8959-8005>.

² Doutor em Psicologia Universidade de Salamanca (USAL). aldenorbsjpsi@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/9205576019075477> e a
<https://orcid.org/0000-0003-1719-3382>

³Policial Militar do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2023, atualmente lotada no batalhão de Polícia Ambiental de Campo Grande/ MS, possui graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2022) com especialização em Ecologia pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP) em parceria com Estude Sem Fronteiras <https://orcid.org/0009-0009-7994-2052>. nadia02pantano@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/6145996627156661>.



the aforementioned authors. The methodological approach adopted is a qualitative bibliographic review, using oral history interviews to understand the theme of memory among PMMS veterans. For the interview, one veteran from each rank and grade within the police force was selected. Participants were named according to their rank and grade to protect their identities, and their accounts were transcribed, textualized, and recreated to provide theoretical support for our analysis. We conclude with a reflection that the integration of memory with oral sources constitutes the most genuine aspect of historicity; its results consider past events and present dimensions such as emotions, affections, and identities, valuing and rescuing the memories of those veterans who are often forgotten.

Key-words: Memory; Military Police; Psychology; Veterans.

1 INTRODUÇÃO

O escrito que ora se apresenta encontra-se ancorado na linha de pesquisa em Psicologia e Processos Psicossociais sobre a categoria “Memória”. Partindo do pressuposto acerca da história da Polícia Militar, este artigo reflete sobre os conceitos de memória sob a perspectiva teórica de Pollak (1989); Halbwachs (1990) e Candau (2016). O presente artigo contempla a categoria histórica e a constituição da memória individual e coletiva como elemento fundamental na formação da identidade e na promoção da saúde mental de policiais militares veteranos.

Pesquisar sobre memória é uma experiência de reprodução de bem-estar e saúde mental. Rememorar o passado é ser atravessado por sensações, lembranças, imagens, materialidades e ainda, preservá-las para o futuro. A função psicológica da memória é fundamental para a cognição humana, permitindo a codificação, o armazenamento e a recuperação de informações.

A memória é essencial para a nossa identidade pessoal, guia nosso dia a dia e está relacionada a outras funções importantes como a função executiva e o aprendizado, a memória persiste. No sentido etimológico a palavra memória é definida como: “Faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente” (Dicionário Michaelis-online, 2025).

A construção metodológica adotada é qualitativa por revisão bibliográfica de caráter consultivo, utilizando-se da entrevista a partir de uma perspectiva da história oral para compreender a temática acerca da memória de veteranos da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS), para a entrevista foram selecionados um veterano dentre cada uma das patentes da polícia militar. Os participantes foram nomeados conforme suas patentes e graduações para preservar suas identidades.

O quadro de distribuição de patentes e graduações da polícia divide-se em Soldado, Cabo, Sargento (3º, 2º, 1º), Subtenente, Tenente (2º e 1º), Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel. Apesar da subdivisão dentro da categoria de Sargentos e Tenentes, utilizou-se somente um representante de cada categoria, o que garante um amplo espectro de opiniões dentre as mais diversas atividades realizadas por cada cargo na Polícia Militar, exaltando as diferentes perspectivas e memórias de seus



veteranos. As entrevistas foram realizadas no período entre o mês de julho de 2024 e fevereiro de 2026.

O texto é dividido em três etapas. A primeira compreende uma breve história da Polícia Militar no Brasil com registros e detalhamentos especiais à história de Mato Grosso do Sul, região focal da pesquisa. A segunda contextualiza a temática a partir do aporte teórico de Michel Pollak, e seus estudos sobre memória e identidade. Maurice Halbwachs, e ainda o conceito de memória coletiva e Candau, ancorado na antropologia cognitiva sobre memória compartilhada. A terceira concentra as entrevistas transcritas e as análises realizadas acerca das memórias. A escolha desses autores justifica-se por serem referências nesta categoria em diferentes campos como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia etc.

2. BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

Segundo Ribeiro (2011) durante os primeiros anos do Brasil Império não se tinha um referencial que pudesse caracterizar um modelo de Polícia Militar (PM) profissionalizada, o que se tinha era uma polícia desprovida, desarticulada, frágil e despreparada, porém, atendia os anseios daquele período. A coroa portuguesa situou-se num período histórico marcante entre o século XVIII e o Brasil independente, período de criação da Intendência de Polícia (1808) e da Guarda Real de Polícia (1809), servindo de precursora para as atuais polícias brasileiras (Bretas, 2013).

Muniz (2001) assevera que a PM é uma instituição militarizada e faz uso do sobrenome “militar” por herança da Coroa portuguesa que em 1809, como organização de caráter paramilitar, era subordinada ao Ministério da Guerra e da Justiça Portuguesa. Até então, a PM se constituiu com base na estrutura burocrática do Exército brasileiro.

Como nas Forças Armadas, a PM possui cadeia de comando, Estado Maior, Tropas, Batalhões e faz também o uso de “fardas”. Essa aproximação e semelhança com as forças armadas, vai além da adoção do nome “militar”, influenciando também numa série de práticas em comum que existem nessas organizações (Ribeiro, 2011).

No ano de 1831, por ordem do ministro da justiça, padre Diogo Antônio Feijó, foram extintos todos os corpos policiais existentes, criando uma única corporação - a Guarda Municipal de Voluntários Provinciais, denominada Corpo de Guardas Permanentes - passando a exercer as funções da extinta Guarda Real. Em 15 de novembro de 1889 com a proclamação da República, o poder se aproximou dos estados-membros dessa nova República, descentralizando-se do Império na busca da autonomia dos Estados (Ribeiro, 2011).

Após a constituição de 1946, outro marco ocorreu em 1967, onde fora outorgada a nova carta constitucional, no Governo de Marechal Costa e Silva que foi eleito indiretamente à presidente da



República. Nesta carta mantêm-se as funções policiais constantes na antiga constituição, acrescentando a Inspeção Geral das Polícias Militares – IGPM, órgão fiscalizador do Exército brasileiro. Só então, no ano 1969, é atribuída às polícias militares a exclusividade do policiamento ostensivo fardado, ficando os Estados proibidos de criarem outra organização policial fardada (Muniz, 2001).

Em 1947 a constituição estadual também adota o termo “polícia militar”, desvinculando dessa forma a imagem da polícia de braço auxiliar do exército também a nível estadual, consolidando a instituição como força de segurança pública.

A História da Polícia de Mato Grosso do Sul surge em 1835, quando o Governo Provincial sanciona a Lei decretada pela Assembléia Mato-Grossense, criando o primeiro corpo policial denominado de *Homens do Mato*, composto apenas por 27 militares, divididos em um comandante ou capitão, 03 (três) cabos e 24 (vinte e quatro) soldados, divididos em três pequenas unidades policiais. Neste contexto, é organizado o primeiro corpo policial no Estado de Mato Grosso, conforme Ato Adicional da Constituição de 1824, autorizando a criação das polícias nas províncias no país. Em razão da Guerra do Paraguai (1864-1870) o corpo policial *Homens do Mato* recebe uma nova denominação e passa a se chamar *Companhia de Pedestres*, e com o advento da República, passou a denominar-se de *Força Pública* até o ano de 1934 quando então recebe um novo nome, *Força policial-Militar* (PMMS, 2025).

No ano de 1977 com a promulgação da Lei Complementar Federal nº 31 (Brasil, 1977), de 11 de outubro, houve o desmembramento da região Sul de Mato Grosso, formando o estado de Mato Grosso do Sul que no contexto da polícia militar teve importantes desdobramentos, como alteração de comandos e estruturas internas, sofrendo novas divisões e estruturações em sede do novo estado. Somente em 1979 houve de fato o desmembramento da antiga PMMT (Polícia Militar de Mato Grosso) e criação da nova PMMS (Polícia Militar de Mato Grosso do Sul) e criou-se então o 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM) sediado em Campo Grande, capital do novo estado (Villasanti-Romero; Mariano-Cáceres, 2025).

Com mudanças importantes ao longo de sua formação, regida por processos históricos e ambientados nas necessidades materiais da população a PMMS buscou consolidar-se como órgão atuante e competente na defesa da sociedade assegurando a garantia da segurança e ordem pública como reforça Villasanti-Romero e Mariano-Cáceres (2025):

“Ao longo de seus quase dois séculos de existência, a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul se desenvolveu como uma das mais importantes instituições do estado, sendo instrumento fundamental para manutenção da ordem pública e da paz social. A corporação passou por diversas mudanças organizacionais devido as transformações políticas, culturais e sociais no Brasil, mas sempre permaneceu fiel em sua missão de servir e proteger a sociedade” (Villasanti-Romero; Mariano-Cáceres, 2025, p. 33).

Em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal (Brasil, 1998), os órgãos de



segurança pública ganham um espaço específico, conforme previsto no Art. 144 da CF/88: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos” e, em seus parágrafos 5º e 6º, apresentam as funções das polícias militares:

§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Brasil, 1988, p.64).

As organizações policiais militares (OPMs) apresentam o princípio da hierarquia e da disciplina e seu objetivo é manter a ordem pública por meio do policiamento ostensivo e preventivo. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi estabelecida uma função específica para as polícias militares, o Brasil criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Secretária Nacional de Segurança Pública, ambas compondo a estrutura do Ministério da Justiça nos anos de 1995 e 1997 respectivamente, e em 2001 criado pelo Governo Federal, o Plano Nacional de Segurança Pública (Muniz, 2001).

Com atualizações mais recentes, a Lei Federal 14.751 de 12 de dezembro de 2023 (Lei Orgânica Nacional) (Brasil, 2023) que unifica e padroniza as atuações das polícias militares de todos os estados brasileiros promovendo avanço e inovação na segurança pública brasileira. A lei, entre outras coisas, visa modernizar e unificar procedimentos e órgãos que envolvam a atuação da fiscalização e poder de polícia no intuito de tornar cada vez mais eficiente e eficaz o trabalho dos agentes de segurança na garantia e manutenção da ordem pública.

3 APORTE TEORICO

O trabalho com história oral constitui a memória como objeto de negociação contínua, sendo ela, a memória, responsável pela construção da identidade de um grupo, resultante de um trabalho de organização e seleção daquilo que é considerado importante, isto é, a identidade desse grupo. No entanto, a história da memória é passível de ser estudada através da história oral, as disputas em torno da memória que prevalece em um grupo ou comunidade, até mesmo em uma nação, são imprescindíveis para sua compreensão (Pinsky, 2008).

O sociólogo Pollak (1992) defende a importância dos relatos de vida e da história oral como forma de acessar memórias que não estão presentes nos documentos oficiais. Considerando as experiências e os acontecimentos vivenciados pelos veteranos da PMMS é possível explorar através de seus relatos e de testemunhas de suas memórias individuais as quais são atravessadas por memórias coletivas, sendo fundamental para compreender as trajetórias sociais.

No texto Memória, Esquecimento e Silêncio, o autor relata a partir de uma visão construtivista que não se trata em lidar com os fatos sociais como coisas, e sim, compreender como esses fatos se tornam coisas, solidificadas e dotadas de estabilidade e duração. Neste sentido, o autor se refere à memória coletiva, aquelas que são constituídas na individualidade, reconstruída e lembrada por um grupo para que permaneçam na memória coletiva da nação.

Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris em 1992. Radicado na França, formou-se em sociologia e trabalhou como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS. Seu interesse acadêmico, voltado de início para as relações entre política e ciências sociais, tema de sua tese de doutorado orientada por Pierre Bourdieu e defendida na École Pratique des Hautes Études em 1975, estendeu-se a diversos outros campos de pesquisa, que confluíram para uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limites. Pollak esteve no Brasil entre outubro e dezembro de 1987 como professor visitante do CPDOC e do PPGAS do Museu Nacional. Na ocasião concedeu uma entrevista sobre a Aids a Alzira Alves de Abreu e Aspásia Camargo publicada em Ciência Hoje, vol. 7, n.º 41 (abr. 1988). Proferiu também, no CPDOC, a conferência aqui transcrita, que vem se somar a seu artigo "Memória, esquecimento, silêncio"; publicado em Estudos Históricos 3 (1989) (Pollak, 1992, p.1).

Pollak (1989) considera que as memórias coletivas ou memória nacional silenciaram por um longo período as memórias de grupos minoritários. Em seu texto o autor dá exemplo do período de desestalinização, onde o Líder Josef Stalin, comunista e político soviético foi delatado por Nikita krushev seu sucessor, por diversos crimes estalinista, levando a destruição em massa de signos e símbolos que lembravam Stalin na URSS. Outro exemplo citado é dos sobreviventes do campo de concentração que retornaram à Alemanha ou Áustria após serem libertados.

Diante do exposto, o autor afirma que a história oral ressaltou a chamada memória subterrânea, aquela oriunda dos grupos minoritários, da resistência a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional. Esses grupos puderam ter espaços de fala e saírem das zonas de sombras, do silêncio, do “não-dito”. Essas memórias esquecidas, abandonadas, envergonhadas, indizíveis foram cuidadosamente guardadas e organizadas para que fossem reproduzidas e repassadas através da oralidade.

As fontes orais são sublimes, não se limitam apenas em testemunhar sobre os fatos, mas promovem sentidos por meio da linguagem e, sobretudo, da objetividade social. Portanto, o papel do historiador oral inclui reconstruir o passado, interpretar e analisar as narrativas. Observe-se que os estudos sobre a constituição de memórias não se assemelham com a construção da memória. Para a história oral não é apenas se encarregar de construir memórias, tampouco, tomar como fonte a ser analisada pelo pesquisador, e sim, como parte de um processo de construção de identidade (Pinsky, 2008).

Ainda com a história oral é possível compreender as memórias silenciadas de muitos veteranos da PMMS que já não ocupam seus lugares nas fileiras da instituição ou até mesmo aqueles militares que já não se encontram presentes (*in memoriam*), mas suas memórias permanecem vivas. “Podemos



afirmar que a memória vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (Candau, 2016, p.16).

Para Pollak (1989) o processo de construção da identidade através da memória é constituído tanto no individual quanto no coletivo, são valores disputados em conflitos sociais, grupais e de oposições políticas diversas, um fenômeno que referencia o outro com critérios de aceitação, admissão e credibilidade.

Em "A memória coletiva", obra póstuma de Maurice Halbwachs (1990) publicada em 1950, dedica seus estudos em relação à memória e sociedade, dialogando com a filosofia bergsoniana. O autor ressalta os diferentes pontos de referência que estruturam a memória individual e a inserem na memória coletiva, estabelecendo suas diferenças com a memória histórica, o tempo e o espaço.

Halbwachs nasceu na França no ano de 1877 e morreu em 1945 em um campo de concentração nazista alemão. Estudou filosofia com Henry Bergson o qual foi influenciado, sendo responsável pelo campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais, criando a categoria “memória coletiva” o qual defende que a memória do sujeito é constituída com o outro, em um grupo social.

O autor defende que nossas lembranças permanecem coletivas e podemos rememorar-las por contribuições dos outros, mesmo se tratando de fatos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. Isso acontece pelo fato de nunca estarmos sós. “Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (ibidem, 1990, p. 17).

Um coletivo de pessoas pode reunir suas lembranças e descrever exatamente os acontecimentos ou objetos presentes no mesmo momento em que nós vimos, e com isso, reconstruir sequencialmente todos os nossos atos e palavras sem que nos lembrássemos de nada. Não basta que isoladamente tenhamos participado de uma cena onde outras pessoas eram espectadores ou atores, mais tarde, quando essas memórias forem evocadas perante nós e reconstituída peça a peça a sua totalidade, por meio de imagens e pensamentos, essa construção artificial irá aparecer como fenômeno de um acontecimento passado e se tornará uma lembrança (ibidem, 1990).

As memórias impostas por aqueles que compõem o nosso meio social, são capazes de modificarem a impressão que tínhamos guardado de um fato antigo ou pessoa conhecida. Nesse conjunto de depoimentos exteriores a nós, se faz necessário semear a rememoração que germinará uma massa consistente de lembranças. O autor ainda contrapõe que determinados acontecimentos vividos juntos, nem sempre são reconstruídos pelo outro, sem que recriemos em nós, o sentimento vivenciado, ou seja, um fato relacionado ao outro e a nós, é descontinuado socialmente, por não pensarmos mais e por não haver meios de reconstruir sua imagem. Vejamos:



A duração de uma tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo. Se subsistem, todavia, testemunhas, se por exemplo antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar a seu professor o que este não se recorda mais, é porque no interior da classe, com alguns colegas, ou fora da classe, com seus pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas e, por isso, mais duráveis; e os acontecimentos da classe interessavam também a estas sociedades menores, ali tinham sua repercussão, ali deixavam traços. Mas o professor delas estava excluído, ou pelo menos, se os membros dessas sociedades o incluíssem, ele mesmo não o cabia (Halbwachs, 1990, p. 20).

Halbwachs (1990) destaca que haveria na base de toda lembrança, um estado de consciência puramente individual, o qual se distingue das percepções que absorvem os elementos do pensamento social que veio a chamar de intuição sensível, ideia herdada do filósofo Henri Bergson. O autor comenta ainda, sobre a lembrança das crianças em relação aos adultos, apontando que o fato de não recordarmos de nossa primeira infância, é porque nossas impressões não são sustentadas, ou seja, ainda não somos um “ente social”.

A ideia facilmente representada por nós é composta por elementos pessoais e particulares, o que o outro pensa a nosso respeito e os acontecimentos de nossas vidas, são registrados na memória dos grupos mais íntimos a nós. Desta forma, as circunstâncias e as noções que lembramos com maior facilidade são do domínio comum, ao menos para alguns meios, tais lembranças estão para “todo o mundo” nesta medida, e por apoiar na memória do outro é que somos capazes de lembrá-las a qualquer momento (ibidem, 1990).

No entanto, se a memória coletiva se fortalece através do suporte de um conjunto de homens, embora sejam indivíduos que se lembram e pertencem a um grupo. Diante da massa comum das lembranças, as quais se apoiam uma sobre a outra, não serão as mesmas que surgirão com maior intensidade a cada indivíduo (ibidem, 1990).

Em relação à memória individual, Halbwachs (1990) considera que ela não está inteiramente isolada e fechada. Para que o indivíduo possa rememorar seu passado é necessário frequentemente apelar às lembranças dos outros. Ainda assim, a memória individual não funciona sem a presença das palavras e das ideias, que são instrumentos emprestados de seu meio. Nossa memória não se confunde com a dos outros, ela é limitada no tempo e espaço, tal como a memória coletiva, porém, com limites diferentes, mais restritos e remotos.

Em relação à memória coletiva o autor cita um acontecimento de sua vida o qual não vivenciou, tendo conhecimento apenas por meios de jornais e depoimentos que foram conservados e repassados por aqueles que participaram diretamente e ocupam um lugar na memória da nação. “carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha” (ibidem, 1990, p.37).

Joel Candau, antropólogo francês, direciona suas discussões para o campo da antropologia social, centrando o interesse nas mais variadas formas de memória e seu compartilhamento. O autor organiza com base em característica comum, diferentes manifestações da memória. Sendo a memória



de baixo nível ou protomemória, a memória de alto nível, a memória propriamente dita e a metamemória (Candau, 2016).

Por protomemória compreende-se a memória repetida ou memória-hábito, o autor faz referência ao modo procedimental para execução de uma determinada tarefa o qual é mediada pelo sistema nervoso central, como gestos e ações verbais que são aprendidas desde tenra idade, como aquela que é incorporada naturalmente através das vivências e da mediação do sujeito com o mundo, como o modo de andar e agir o qual aprendemos desde a vida intrauterina, incorporada e que nem nos damos conta. Um exemplo prático é o automatismo ao dirigir um veículo sem perceber os movimentos que realizamos ao trocar de marcha (ibidem, 2016).

A memória de alto nível, aquela a qual recordamos e reconhecemos, é invocada de forma involuntária por lembranças autobiográficas como: emoções, sensações, crenças, saberes etc. Essa memória pode ser influenciada pelo meio externo e sofrer expansões. A metamemória é a memória mais individual, aquela que remonta ao nosso passado, é a representação que cada indivíduo faz de suas próprias lembranças, é a memória que molda as dimensões de pertencimento ao passado, onde cada um é responsável por compreender sua própria memória e discorrer sobre ela (ibidem, 2016).

Para Candau (2016), “memória coletiva” é como uma metamemória, uma representação que um grupo produz em relação a uma memória comum a todos os seus membros, ou seja, se diferencia da metamemória propriamente dita que é uma capacidade atestada por cada indivíduo ao recordar seu passado, no sentido coletivo essa metamemória é descrita como o compartilhamento hipotético de lembranças. Nesse sentido, pode-se corroborar com Halbwachs (1990) quanto ao conceito de memória coletiva, de forma geral, aquela compartilhada e construída socialmente, mantida por instituições e tradições, transmitida e reconstruída.

A memória é a identidade em ação, é o que somos em movimento, mas também ela é capaz de ameaçar, perturbar e até mesmo arruinar o sentimento de identidade tal como se apresenta nos estudos sobre lembranças de eventos traumáticos ocorridos no passado, como o Holocausto e as Guerras. As marcas sofridas por essas tragédias repercutem por toda a vida. A memória antecede a identidade, essa última é apenas um estado adquirido, enquanto a memória é a capacidade presente desde o nascimento e o surgimento da humanidade, torna-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade (Candau, 2016).

Se há um tempo para transmitir e um tempo para receber, há igualmente um "tempo de calar e tempo de falar". Ora, a memória, com frequência, recusa calar-se. Imperativa, onipresente, invasora, excessiva, abusiva, é comum evocar que seu império se deve à inquietude dos indivíduos e dos grupos em busca de si mesmos. Se vivemos sob o "mal dos arquivos", dos traços, das lembranças, se nos consideramos como os devedores da memória, é porque uma angústia "espreita desde o âmago de nós mesmos" (Candau, 2016, p.125).



De fato, memória e identidade se atravessam indissociavelmente e reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (ibidem, 2016, p.19). Sendo assim, a memória não é apenas a construção de um acontecimento, é sua reconstrução feita a partir de um distanciamento do momento rememorado e o momento do relato.

4. MEMÓRIA DE VETERANOS DA PMMS

4.1 Metodologia das Entrevistas

As entrevistas foram gravadas e as falas reproduzidas foram transcritas, textualizadas e transcriadas. A passagem da oralidade para a escrita dos relatos se deu mediante três etapas: transcrição, textualização e transcriação, conforme descrevem Caldas (1999) e Meyhi & Holanda (2007). Na transcrição, optou-se em redigir os trechos das entrevistas de maneira fidedigna à gravação que realizamos.

Na textualização, visou-se realizar a limpeza da escrita, transformando as falas orais em falas escritas, respeitando a norma culta da língua portuguesa, sem, no entanto, modificar o sentido das frases ou dos conteúdos relatados pelas participantes. E, na transcriação, objetivou-se acrescentar sensações ao texto, aquilo que não foi dito verbal ou linguisticamente, mas que estiveram presentes de maneira potente nos relatos dos participantes, por meio de linguagens não verbais, como o choro, os risos, as entonações da voz, as pausas e os lapsos de memórias.

Em seguida, foram selecionados trechos que as qualificam. Alguns destes trechos foram utilizados neste artigo para explorar a maneira como cada depoente se apresenta, como apresenta suas narrativas enquanto policiais militares e como significam a própria história durante o serviço ativo na PMMS.

Ressalta-se que alguns dos veteranos entrevistados retornaram à atividade, sendo esta, uma possibilidade prevista na legislação pertinente aos policiais militares da instituição. Foram-lhes apresentadas as seguintes perguntas:

- 1) Em que ano ingressou e quantos anos atuou como policial militar?
- 2) Há quanto tempo está fora da atividade policial?
- 3) Conte oportunidades e desafios durante seu trabalho na polícia?
- 4) Quais memórias persistem até hoje?
- 5) Conte um pouco da história da polícia militar?

A seguir os relatos mais relevantes que contêm elementos de interesse pertinente a análise das memórias:



Coronel: Ingressou na polícia militar em 1975 quando foi contratado para fazer ponte de estrada e entrou na polícia por necessidade. Entrou como sargento e teve direito de escolher em qual estado gostaria de trabalhar. Veio então com amigos para Campo Grande. Esteve na atividade policial por 38 anos, em que sempre atuou no serviço operacional. Comandou quase todas as instituições da polícia e trabalhou por 10 anos no Ministério Público. Comandou o Departamento de Operações de Fronteira - DOF, a Tropa Ostensiva de Operações Armadas - TORA e a Divisão de Atividades Especiais – DAE (ligada diretamente ao secretário de segurança pública), que era responsável por policiamento escolar. Está na reserva há 12 anos. Dos desafios lembra que passou por falta de recursos, sem instalação, meios e viaturas. Lembra que trabalhou em um fusquinha e depois um Jeep velho (risos). Têm muitas memórias de bons serviços e de grande operacionalidade com muitas operações bem-sucedidas. Conta de uma ocorrência em 1976 com um nome importante da história da Polícia Militar, o Coronel Adib Massad, em que ressalta ter uma áurea iluminada, sendo um policial sagaz, e que nesta operação, fizeram a captura de um mandante de facção criminosa com tranquilidade e assertividade graças ao instinto aguçado do coronel. Do que mais marcou relembra das dificuldades, dos desafios enfrentados pela polícia, que tem muitos envolvimento políticos e da intervenção desta no serviço policial. Recorda com gratidão do tempo que trabalhou no Ministério Público, no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado-GAECO, em que foi reconhecido e valorizado prestando um serviço de investigação que considera de extrema importância para a segurança pública ainda hoje.

Tenente Coronel: Ingressou na Polícia Militar em 1985 e 2015 foi para a reserva. Retornou ao serviço em 2022. Conta que são desafios constantes na atividade. Um desafio que se lembra foi no comando do 1º Batalhão de Polícia Militar de Campo Grande. Possuía uma área muito extensa com poucos policiais trabalhando, poucas viaturas e era preciso trabalhar com os meios que tinham. Dentre as memórias relata uma ocorrência em que trabalhava no serviço de inteligência da Polícia Militar e foi solicitado pela associação de promotores para que colaborassem nas buscas de um mandante de homicídio na cidade de Três Lagoas. O indivíduo havia assassinado um promotor da região e obtido êxito na fuga. Em menos de três meses a Polícia Militar localizou o indivíduo e conseguimos capturá-lo sendo um caso de grande repercussão. O que mais marcou foram as mudanças da polícia ao longo dos anos. Na época em que ingressou, soldados não podiam votar, só a partir de sargentos e só adquiriam estabilidade após 10 anos de serviço. Hoje, com três anos já está estável (SIC). Lembra também das viaturas que houve épocas que se utilizava Fusca, Kombi, Paraty e opala. E a que mais marcou foi a Veraneio. Algumas tinham apelidos, como pata-choca, pois eram muito macias e



balançavam ao dirigir (risos). Ressalta também a memória do antigo prédio que sediava o 1º batalhão de Polícia Militar. Relembra que se perdeu muita história e lembranças com a perda do prédio.

Capitão: Ingressou na Polícia Militar em 1975 e atuou ativamente até 2003. Quando na reserva, esteve atuando no Ministério Público até 2025. Está há cinco meses fora da atividade e recorda que enfrentou muitas dificuldades, sejam elas no âmbito material e no profissional. Na vida pessoal era principalmente o de querer estudar e não poder estudar. Tinha muita vontade de estudar e não conseguia por conta da natureza do trabalho que era 24hx24h e quando saía do serviço ainda tinha que concorrer a escala extra (SIC). Das oportunidades relata que teve a primeira promoção para Cabo e foi a partir de então galgando as graduações subsequentes. Fez concurso para Sargento e passou, o que considera uma grande vitória, pois acreditou que por conta das dificuldades não conseguiria. O que mais marcou foram as mudanças do serviço ao longo do tempo. A Polícia Militar evolui muito (SIC), os materiais, a educação para os policiais, pois antigamente não tinha nem combustível para abastecer viaturas e era bem difícil a realidade tendo que se desdobrar para conseguir estudar e evoluir.

Major: Ingressou na Polícia Militar no ano de 1975, ainda no velho estado Mato Grosso uno, que foi dividido e, com a divisão, optou por ficar no estado de Mato Grosso do Sul. Atuou por 28 anos e está a 23 anos na reserva. Conta que teve desafios imensos pois quando ingressou era um período de ditadura, onde as viaturas e comunicações eram tudo muito difíceis (SIC). Usava-se muito os carros particulares para trabalhar naquela época porque a polícia não tinha quase nada, nem a Civil, nem a Militar. Relata também sobre a dificuldade de acessos nas regiões do interior do estado como Brasilândia e Santa Rita do Pardo, além de um efetivo pequeno que tinha que fazer escolta de presos e acabava tendo que dobrar, triplicar o serviço para poder tirar a folga e ir para casa. O que mais marcou são as ocorrências atendidas em que se sabe que fez bem às pessoas. Além de poder ajudar a sociedade, ficam também as memórias dos amigos que fez ao longo da jornada. Compartilha também a oportunidade de participar da formação de novos policiais e sentir-se muito realizado em marcar as novas gerações da segurança pública.

Tenente: Serviu no exército brasileiro, na cavalaria motorizada em 1979, como reservista, inscreveu-se no concurso da Polícia Militar e ingressou como Soldado em 1980. Cumpriu 28 anos de efetivo serviço e em 2008 foi para a reserva, sendo então reformado por problemas de saúde. Está reformado há 18 anos. Conta que por ter ingressado na Polícia Militar após a recém divisão do Estado, enfrentou condições precárias de serviço na também, recém surgida Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Enfrentou dificuldades na questão salarial e relembra “as experiências dos oficiais R2-



companheiros oriundos do exército e, depois, dos oficiais formados nas academias dos estados vizinhos, somando diferentes conhecimentos e experiências em funções internas e externas”. O que mais marcou foi a falta de oportunidades de estudos e qualificação, mas que foi acolhido pela PM que o ensinou a ser soldado e cidadão, e a quem deve tudo. “Agradece”.

Subtenente: Ingressou na Polícia Militar no ano de 1990, atuou por 30 anos e há 5 anos está na reserva. Teve a oportunidade de avançar na carreira com as promoções, formou-se em administração de empresas, auxiliou seus dois filhos a se formarem na faculdade e atualmente os dois também são policiais militares. Teve oportunidade de contribuir com os serviços de construções, na ampliação e reforma do 8º BPM de Nova Andradina/MS e na construção da base operacional da Polícia Rodoviária Estadual (PRE). Das memórias que persistem, o relacionamento com os colegas de trabalho é o que mais se recorda (*risos*). Foram momentos de boas convivências e experiências. Na PM enfrentou alguns desafios, um deles, foi os seis meses sem receber o salário, neste período trabalhou na construção civil para garantir o sustento familiar, embora tenha passado por essas adversidades hoje se recorda com muita alegria de tudo que vivenciou enquanto esteve na ativa.

Sargento PM: Ingressou na polícia militar no ano de 1986, atuou no serviço ativo por 31 anos, no ano de 2017 foi para a reserva. Se dedicou inteiramente ao serviço operacional, deixando de estudar e fazer cursos. Aponta o quanto era difícil a ascensão na carreira naquela época, levando cerca de vinte anos para ser promovido de soldado para cabo. Teve momentos que ficou sem receber salário por seis meses. Em uma ocorrência policial, relata ter sido baleado e perdeu um colega de trabalho naquela situação. Embora careça de reconhecimento institucional, aponta que de forma geral “a Polícia Militar é uma mãe, se trabalhar de forma adequada o serviço ocorre com sucesso” (SIC). Das viaturas (VTRs) existentes destaca a Chevrolet Veraneio, VW Fusca, Jeep Willys, veículos que apresentavam dificuldades e muitas vezes tinham que empurrar ou solicitar ajuda de mecânicos, até mesmo, de pessoas que foram detidas e precisaram ajudar por conhecer de mecânica. Com muita escassez de combustível, os serviços eram bem regulados. Os armamentos eram precários, “eu usava um revólver calibre .38, canela seca, o cão estava quebrado, eu cansei de trabalhar com a minha arma particular” (SIC). Outro fato interessante era a forma que realizavam o pagamento dos policiais. Um gerente do banco ia até o quartel e deixava o dinheiro com o comandante que repassava aos policiais em mãos e em espécie. Desses anos, sinto muita falta do serviço operacional, dos colegas e companheirismo. Hoje o serviço policial é muito diferente, não é possível atuar da forma que trabalhávamos.



Cabo PM: Ingressou no ano 1990, permanecendo por 30 anos na instituição. Em 2020 foi para a reserva. Na época em que ingressou não se exigia escolaridade de nível médio, nem carteira de habilitação (CNH) - “eu deixei o exército brasileiro e ingressei na PM como soldado” (SIC). Sempre atuando no interior do Estado, não teve a oportunidade de progredir com os estudos e sua promoção de soldado para cabo ocorreu depois de quase 20 anos de serviço e, perto de ir para a reserva, tentou uma promoção para sargento, mas enfrentou dificuldades no curso de formação o que o levou a desistir. Sem muitas lembranças boas do serviço em razão das dificuldades e a falta de reconhecimento, promoções e condições de trabalho adequadas, ainda assim, fechou o ciclo na instituição com memórias boas das relações com os colegas e a comunidade onde atuou.

Soldado PM: Ingressou no ano de 1980, atuando por 16 anos na instituição retirando-se da corporação em 1996. Em seguida participou de um quadro chamado Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI), programa que permite o retorno ao serviço ativo de policiais militares inativos (aposentados/reserva remunerada) a partir da Lei Estadual 1179 de 26 de Junho de 1997, revogada em 2009 por Lei Complementar. Saiu da PM por um período e retornou em 2015 como designado. No período em que esteve na corporação tentou se graduar diversas vezes, mas acabou reprovando no teste físico por ter dificuldades com a barra fixa. Lembra que em seu período de , trabalhou muito, com uma escala de 24 horas de serviço por 24 horas de folga. Rememora também períodos em que o salário atrasava e só recebiam a cada 3 meses o pagamento. Lembra também das dificuldades enfrentadas, como falta de viaturas e serviços de escala extra no interior em que tinham que pegar carona em carros particulares para chegar até as cidades dos eventos que fariam a segurança no interior do estado.

Percebe-se que com a valorização da memória dos entrevistados, novas informações puderam ser coletadas, dando um olhar atento às participações individuais na construção da história. Trabalhos como estes contribuem não apenas com a história da PMMS, mas, na medida em que as entrevistas passam a constituir centros de memória ou arquivos, tornam-se importantes registros da memória nacional e/ou local. O arquivamento também é uma forma de valorizar a memória dos que colaboraram com o estudo e, ao mesmo tempo, de contribuir para a realização de novas investigações acerca dos temas apresentados.

Mais do que apresentar seus pontos de vista sobre as instituições onde trabalharam ou trabalham, os participantes da pesquisa mostraram a importância de suas experiências ao atuarem na Polícia Militar. Os entrevistados destacam a importância de seu trabalho para a sociedade, como por exemplo, percebe-se que os entrevistados ingressaram entre os anos 1986 e 1990, atuando em condições semelhantes em termos institucionais, porém tiveram oportunidades diferentes por razões



particulares. Dos relatos apresentados, as relações com seus colegas de trabalhos é o que mais se destaca de forma positiva, as trocas que são realizadas resgatam memórias onde cada um é testemunha de um acontecimento e juntos podem construir uma narrativa os quais fizeram parte, este processo é fundamental e o faz sentir-se pertencentes.

Para Daraheem *et al.* (2025) os entrevistados apresentam em seus depoimentos suas próprias subjetividades e falam sobre determinado evento de forma diferente, desta forma, a entrevistas constitui um conjunto de olhares diferentes sobre um fenômeno ou período histórico. podemos perceber que os entrevistados passaram por situações idênticas, como a falta de recebimento salarial de seis meses, porém enfrentaram de maneira diferente. Outra questão é a "paixão" pelo serviço operacional, acompanhado de um descontentamento com a instituição, uma situação ambígua que carrega uma mistura de amor e ódio.

A memória é para a história oral uma forma de evidência histórica e, portanto, deve ser analisada como tal. A capacidade de recordar coloca a memória em um conceito atual, no presente, no aqui e agora, as pessoas constroem um sentido para o passado e esta reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a ressignificação do passado que se recorda. Portanto, considera-se que as informações coletadas nas entrevistas, não só complementam acontecimentos pouco estudados, mas apontam o significado que determinados acontecimentos tiveram para os entrevistados (Benadiba, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações contextualizadas sobre a memória, podemos inferir que o processo mnemônico é bastante complexo. Trata-se de uma função psíquica elementar e que sofre maturação no processo ontogenético do sujeito e constitui-se em memórias, ou seja, numa função cognitiva complexa e aliada ao pensamento tipicamente humano. A memória é mais do que recordar é um fator que constitui a identidade do sujeito e de seu grupo, é também esquecimento. A memória persiste.

Esta pesquisa buscou colocar em prática elementos da metodologia da história oral, proporcionando espaços de falas para aqueles militares que se encontram na inatividade do serviço policial, já que eles são os "guardiões da memória" da PMMS. Assim, a maior contribuição que esta pesquisa oferece é a valorização das memórias institucionais construídas por aqueles que a viveram. São eles os responsáveis pelo funcionamento das organizações policiais militares no dia a dia, despenderam grande parte de suas vidas na instituição, e por isso, respeitar e zelar pela história desta instituição significa respeito e valorização destes profissionais e suas próprias histórias.

A integração da memória com as fontes orais constitui o que há de mais genuíno na historicidade, seus resultados consideram os fatos do passado e as dimensões do presente como as



emoções, afetos e identidades, valorizando e resgatando as memórias daqueles veteranos que muitas vezes são esquecidos. As fontes orais não apenas resgatam memórias, mas também legitimam identidades, lutas e resistências.

Pesquisar sobre memória é uma experiência de reprodução de bem-estar e saúde mental, rememorar o passado é ser atravessado por sensações, lembranças, imagens, materialidade e ainda preservá-las para o futuro. A função psicológica da memória é fundamental para a cognição humana, permitindo a codificação, armazenamento e recuperação de informações. A memória é essencial para a nossa identidade pessoal, guia nosso dia a dia e está relacionada a outras funções importantes como a função executiva e o aprendizado.

Um ponto muito importante que merece destaque é que essas memórias podem ser parte de um possível museu da Polícia Militar e, com base nelas, os novos integrantes da instituição poderão verificar essas dificuldades e terem impulsionados o moral, ao perceber, que as memórias principais dos veteranos é de saberem de sua importância para a defesa dos direitos fundamentais da sociedade, com mais, ou com menos dificuldades. Isso é fundamental, pois nada substitui o material humano nesta árdua, porém, valorosa missão.

REFERÊNCIAS

BENADIBA, L. La Historia Oral como recurso metodológico para que los estudiantes puedan apropiarse de su pasado reciente. **Palabras y Silencios**. Vol. 28-32. 2011. Disponível em: <https://www.ioha.org/wp-content/uploads/2016/06/10-234-2-PB.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Centro Gráfico, 168 p. 1988.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do **caput** do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14751.htm Acesso em: 15 fev. 2026.

BRETAS M. L., ROSEMBERG A., A história da polícia militar: balanço e perspectiva. **Topoi, Rio de Janeiro**, v.14, n. 26, p. 162-173, jan/jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/>. Acesso em: 4 dez. 2025



CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1ªed. São Paulo: Contexto. 217 p. 2016.

DARAHAM, G. C. *et al.* O uso da história oral na Psicologia: percepção de experiências individuais. **Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro**, v. 14, n. 3, p. 1039-1053, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000300019&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 7 jul. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da Língua portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/memoria/>.

MUNIZ, J., A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review, Center for Hemispheric Studies. Washington, DC**, v.1, p. 177-198, may. 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11985>. Acesso em: 5 nov. 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 304 p., 2008.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (PMMS). **História da PMMS**. 2025. Disponível em: < <https://www.pm.ms.gov.br/historico/>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos: Rio de Janeiro**, v. 5, n.10, p.200-212. 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos: Rio de Janeiro**, v. 2, n.03, p.3-15. 1989.

RIBEIRO, L. C., História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo**, p. 01-21, jul. 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856588_fe9f3fbb15fe4813d02f51dc0547a374.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025

VILLASANTI ROMERO, Hilton; MARIANO CÁCERES, Gladimar. Polícia Militar de Mato Grosso do Sul-Brasil: Evolução Histórica, Organização, Institucional e Compromisso Social. **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - RevPMMS - ISSN - 2965-8616, [S. l.]**, v. 2, n. 2, p. 11–37, 2025. DOI: 10.62927/revpmms.v2i2.117. Disponível em: <https://revista.pm.ms.gov.br/OJS/article/view/117>. Acesso em: 15 fev. 2026.